

UM REGULAMENTO PARA AS FLORESTAS DE GOA. COLONIALISMO E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA ÍNDIA PORTUGUESA (C. 1776-1856)

José Miguel Moura Ferreira
(CHAM-FCSH-NOVA/UAç)

Resumo/Abstract

Incorporadas no Estado da Índia na segunda metade de setecentos, as províncias montanhosas e densamente florestadas do interior do território de Goa representaram ao longo de todo o século XIX um desafio constante para a administração imperial portuguesa. No entanto, ao longo deste período as florestas goesas foram também palco de diversos projectos coloniais que procuravam inventariar, explorar e administrar “cientificamente” a sua riqueza potencial. Apesar destes projectos nem sempre terem tido o sucesso esperado pelos seus promotores, a sua análise permite-nos interrogar o papel desempenhado pelas ideias e técnicas de governo dos recursos naturais no campo mais vasto das modalidades de administração dos territórios coloniais no período contemporâneo. Por outro lado, estas tentativas de regulamentar a exploração das florestas de Goa sublinham também a pertinência das interações entre as áreas da história colonial e da história ambiental, que têm vindo a ser dinamizadas por estudos relativos a outros espaços imperiais, particularmente no caso britânico.

Partindo de uma análise da legislação relativa às florestas do Estado da Índia, promulgada entre os finais do século XVIII e os meados do século XIX, esta proposta tem como objectivo questionar as diferentes lógicas administrativas que enquadraram estas medidas, os debates que suscitaram e as reacções que provocaram nos diferentes grupos locais. Ao acompanhar a evolução do quadro normativo, desde as primeiras iniciativas que visavam regular o acesso e a exploração dos recursos florestais, no âmbito do reformismo ilustrado do último quartel de setecentos, até à implementação do primeiro regulamento da Administração Geral das Matas de Goa, em 1856, procura-se então analisar a importância variável que diferentes argumentos económicos e ambientais tiveram ao longo deste período. Entre estes destacavam-se os apelos à necessidade de conservar as madeiras próprias para a construção naval, as controvérsias em torno da propriedade pública ou privada das florestas e recepção de algumas ideias científicas acerca dos benefícios climáticos das massas arborizadas.

Inspirando-se na extensa bibliografia que recentemente se tem dedicado à história ambiental da Índia e, nomeadamente, à administração das florestas indianas durante o período colonial britânico, esta proposta tenta então apresentar algumas das conclusões preliminares de uma investigação de doutoramento em curso. Neste sentido, apesar de ser frequentemente vista como um lugar periférico do império português na época contemporânea, Goa surge como um objecto de estudo particularmente interessante quando as iniciativas locais são pensadas em relação com as ideias coevas a respeito dos recursos florestais que circulavam em Portugal, na Europa e na Índia Britânica. Sendo assim, o objectivo desta análise passa enfim por tomar em consideração esta dimensão comparativa, não apenas ao nível historiográfico, mas também no modo como o conhecimento dos projectos de conservação das florestas, que nas décadas de 1840 e 1850 se encontravam em debate tanto em Portugal como nos territórios britânicos da Índia, influenciou o pensamento e a acção das autoridades de Goa.

CV

José Miguel Moura Ferreira

Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos pela mesma faculdade. Bolseiro de doutoramento do programa «PIUDHist. História: Continuidade e Mudança num Mundo Global» (SFRH/BD/52283/2013), no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), e investigador no Centro de História d’Aquém e d’Além Mar (CHAM-FCSH-NOVA/UAç).